

ISP E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CAMINHOS PARA UMA ATUAÇÃO INTEGRADA

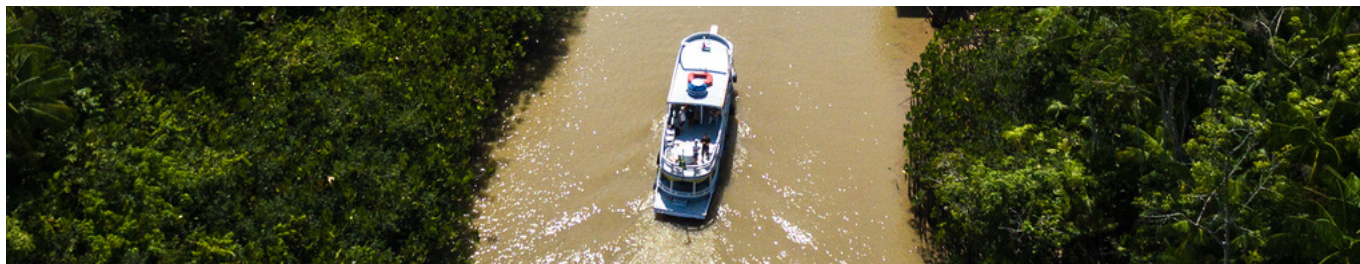


GIFE

SUMÁRIO

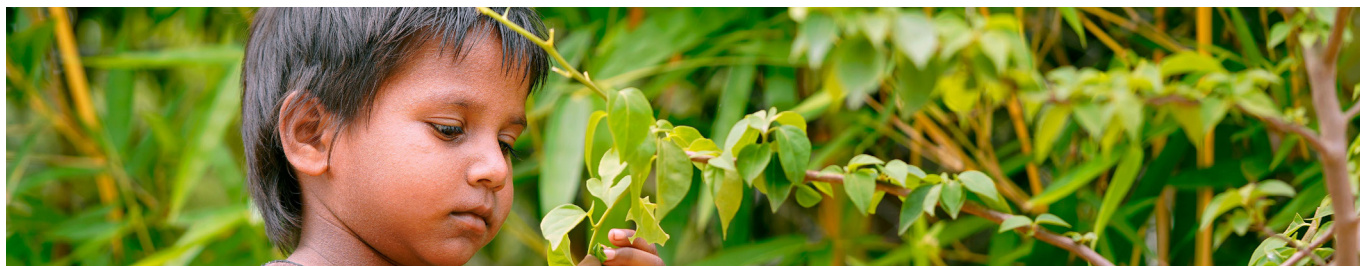
Apresentação

03



**O que aprendemos com a Semana GIFE
no Clima da COP**

04



**Onde o clima se encontra com
atuação do ISP e da filantropia**

08



Caminhos para a ação

24

Ficha técnica e agradecimentos

27

APRESENTAÇÃO

Querido/a leitor/a,

A publicação que você tem em mãos é o resultado da Semana GIFE na COP30, iniciativa conduzida pelo GIFE, com apoio do Instituto Arapyaú, Instituto Clima e Sociedade (ICS) e Instituto Itaúsa, às vésperas da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), realizada em Belém do Pará, em 2025. Com a COP30, o Brasil esteve de volta ao centro do debate sobre mudanças climáticas, 33 anos após a Eco92 no Rio de Janeiro. O evento mobilizou governos, organizações da sociedade civil (OSCs), setor privado e filantropia em torno da agenda climática. Enquanto alguns buscaram apenas se associar ao tema em evidência, outros enxergaram a COP30 como uma oportunidade para fortalecer conexões, construir pontes e ampliar a compreensão de que a crise climática não é uma pauta restrita aos ambientalistas, seus impactos atravessam toda a sociedade e atingem com maior intensidade as populações historicamente vulnerabilizadas, tanto no campo quanto nas cidades.

Entre 29/09 e 03/10 de 2025, 55 organizações associadas do GIFE se somaram à ativistas, OSCs, autoridades governamentais e especialistas em oito painéis temáticos, que buscaram aterrizar a agenda climática em áreas de atuação essenciais da filantropia brasileira: educação, gênero, raça, cultura, inclusão produtiva, bioeconomia, infâncias, juventudes, saúde e populações tradicionais. Por meio da visibilização de boas práticas e oportunidades, os associados presentes puderam abordar os caminhos para a incorporação da agenda temática em suas ações nestas áreas. Não se trata, portanto, de estimular que institutos, fundações e empresas associados ao GIFE passem a atuar como filantropias dedicadas exclusivamente à agenda climática. O objetivo é incentivar a incorporação da perspectiva das mudanças climáticas aos projetos, programas e práticas já desenvolvidos por essas organizações, reconhecendo as intersecções entre essa agenda e seus diferentes campos de atuação. Diante da urgência da crise climática, integrar essa perspectiva às estratégias de investimento social privado é uma responsabilidade compartilhada e uma condição para ampliar o impacto das ações voltadas à construção de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável.

Neste sentido, a Semana também foi um espaço de promoção do [Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas](#), capítulo nacional da iniciativa [Philanthropy For Climate](#), que congrega mais de 900 filantropias de todo o mundo em um movimento de ação coletiva para o fortalecimento de uma agenda climática transversal e propositiva.

A filantropia brasileira já tem se colocado em uma posição de vanguarda em relação ao financiamento climático, em comparação com as cifras globais. Segundo o [Panorama de Dados Censo GIFE 2024–2025 sobre Filantropia e Agenda Climática](#), publicado pelo GIFE durante a COP30, 6% de todo o montante anual do investimento social privado (ISP) no Brasil é direcionado para a agenda de Clima, o triplo dos 2% globais, como demonstrado pelo estudo [Funding Trends](#), da ClimateWorks Foundation. Incorporar a agenda de clima às áreas de atuação do ISP no Brasil não apenas faz o bolo crescer, mas reforça a ideia de que ainda que a filantropia climática no Brasil tenha bons números comparados ao resto do mundo, é preciso uma ação coletiva para responder à crise climática no país.

O material a seguir é um esforço de sistematização dos aprendizados desta semana, e um convite à ação e reflexão, um exercício necessário às organizações comprometidas com a redução das desigualdades, com o fortalecimento econômico e social do Brasil e com um futuro para todas e todos. Afinal, sem planeta, não há filantropia.

Boa leitura!



1.

**O QUE APRENDEMOS
COM A SEMANA GIFE
NO CLIMA DA COP**

O QUE APRENDEMOS COM A SEMANA GIFE NO CLIMA DA COP

A Semana GIFE no Clima da COP evidenciou uma transformação na forma como o investimento social privado vem incorporando o tema em sua atuação. As mudanças climáticas passaram a orientar reflexões sobre educação, saúde, cultura, desenvolvimento territorial e enfrentamento das desigualdades, reforçando seu caráter transversal e seus impactos sobre diferentes dimensões.

Essa compreensão se refletiu nas discussões realizadas ao longo do encontro, que evidenciaram como a crise climática já compromete o funcionamento de políticas públicas, serviços essenciais e organizações da sociedade civil em diferentes regiões do país. Eventos extremos, como ondas de calor, enchentes, secas prolongadas e a deterioração da qualidade do ar, intensificam desafios para escolas, sistemas de saúde, equipamentos culturais e redes de proteção social, com efeitos particularmente severos sobre territórios e populações em situação de maior vulnerabilidade.

crise climática já começam a alterar o funcionamento cotidiano de instituições e serviços essenciais. Ao longo da Semana, ganhou força a percepção de que escolas, equipamentos culturais, sistemas de saúde, organizações sociais e serviços públicos vêm operando sob pressão crescente diante de eventos extremos, danos à infraestrutura e limitações de orçamento e capacidade de resposta.

“Clima não é um tema à parte. É uma perspectiva que precisa atravessar aquilo que já fazemos.”

Com isso, o clima passa a influenciar decisões sobre financiamento, planejamento e atuação territorial. Fortalecer organizações locais, ampliar articulações entre áreas e aproximar recursos de comunidades mais expostas aos impactos da crise surgiram como prioridades recorrentes nas conversas.

“Não tem como enfrentar a crise climática sem falar de justiça climática, de interseccionalidade e de como as mudanças climáticas afetam alguns grupos de forma mais intensa do que outros. E, justamente, são esses grupos os que menos contribuem para o agravamento da crise climática. Por isso, é urgente democratizar o acesso a recursos, inclusive para organizações que não têm o clima como tema central de atuação.”

Diante dessa realidade, ganhou força a percepção de que enfrentar a crise climática não depende da criação de agendas paralelas, mas da capacidade de incorporar essa dimensão às estratégias que já existem. Como sintetizou Ana Toni, CEO da COP30, “não é mudar de tema, é trazer a perspectiva climática para o que já se faz”. Adicionalmente, os impactos da

Novas percepções sobre a agenda climática

- O clima passou a ser entendido como parte das condições que moldam a vida social, econômica e política nos territórios.
- Cresceu a percepção de que os efeitos da crise climática aprofundam desigualdades já existentes e pressionam políticas públicas em diferentes áreas.
- A transversalidade ganhou um sentido mais prático, influenciando escolhas sobre financiamento, desenho de programas e formas de atuação.
- Organizações comunitárias e lideranças locais precisam ser vistas como atores centrais para respostas mais rápidas e conectadas às realidades dos territórios.

Dimensões da atuação do ISP

Esse deslocamento também aparece em diferentes dimensões da atuação do ISP.

No **plano conceitual**, ganha espaço a compreensão de que clima, desigualdade e desenvolvimento fazem parte de uma mesma discussão. O debate climático passa a influenciar a maneira como o setor interpreta direitos, vulnerabilidade e acesso a políticas públicas.

No **plano programático**, o desafio passa por revisar estratégias já existentes à luz dos impactos climáticos. Cresce a necessidade de conectar agendas que tradicionalmente operam mais separadas.

No **plano operacional**, as discussões apontaram para a necessidade de mudanças mais concretas nas formas de atuação. Entre elas, modelos de financiamento menos burocráticos, apoio institucional de longo prazo, fortalecimento de redes locais, maior capacidade de articulação entre organizações, governos e comunidades, e respostas mais ágeis em situações de emergência climática, com mecanismos de auxílio rápidos às populações afetadas.

Ao longo dos encontros, consolidou-se a percepção de que incorporar a dimensão climática não significa criar uma nova agenda de atuação, mas integrar essa perspectiva aos programas, projetos e estratégias já desenvolvidos pelas organizações.

As discussões também trouxeram à tona um diagnóstico relevante sobre o próprio campo do investimento social privado. Houve amplo reconhecimento de que **a filantropia incorporou a agenda climática em ritmo mais lento do que outros setores**. Esse movimento ainda se reflete no volume relativamente reduzido de recursos destinados ao tema. De acordo com o Censo GIFE 2024-2025, 6% do investimento social realizado pelas organizações respondentes foi direcionado a iniciativas relacionadas ao clima e às mudanças climáticas no período analisado.

“Métricas importam. Não que tenhamos que ficar imersos nos indicadores [...]. É muito recurso com avaliação de impacto, mas o que temos percebido é que a gente precisa unir a agenda de clima com a agenda de naturezas e com a agenda de pessoas.”

Os dados do **Censo GIFE 2024-2025** refletem a forma como a agenda climática foi historicamente compreendida no campo do investimento social privado. Como sintetizado em uma das mesas, “o clima era visto como luxo... depois de resolver educação e pobreza”. Essa percepção contribuiu, ao longo do tempo, para tratar a crise climática como uma pauta dissociada de outras agendas sociais, relegando o tema a um plano secundário diante de desafios considerados mais imediatos.

Nesse contexto, alguns **obstáculos** apareceram de forma recorrente nas discussões:

- A permanência de atuações fragmentadas entre áreas e agendas.
- A dificuldade de incorporar o clima em organizações que não atuam diretamente com meio ambiente.
- Barreiras burocráticas que dificultam a chegada de recursos às organizações que já operam nos territórios.
- A necessidade de fortalecer capacidades locais para lidar com temas técnicos, financiamento e incidência política.

“[...] A melhor coisa que podemos fazer é deixar uma sociedade civil bem articulada e muito bem preparada para lidar com esses temas.”

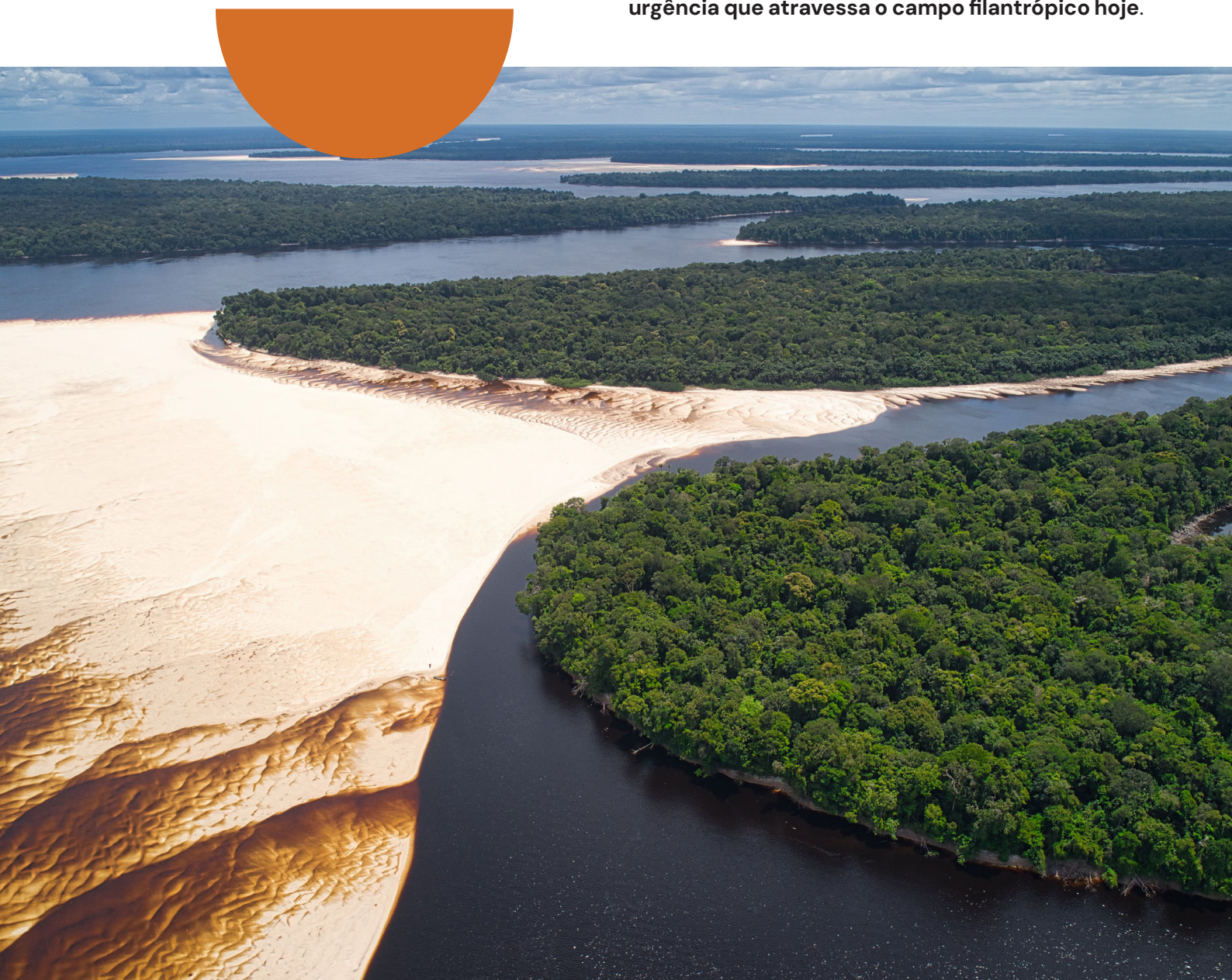
Ao mesmo tempo, as discussões foram marcadas menos por um diagnóstico de paralisia do que pela identificação de oportunidades de avanço. Predominou a avaliação de que **o ISP e a filantropia dispõem de condições para acelerar respostas em áreas nas quais as políticas públicas e os mecanismos tradicionais de financiamento ainda enfrentam limitações ou avançam em ritmo insuficiente**.

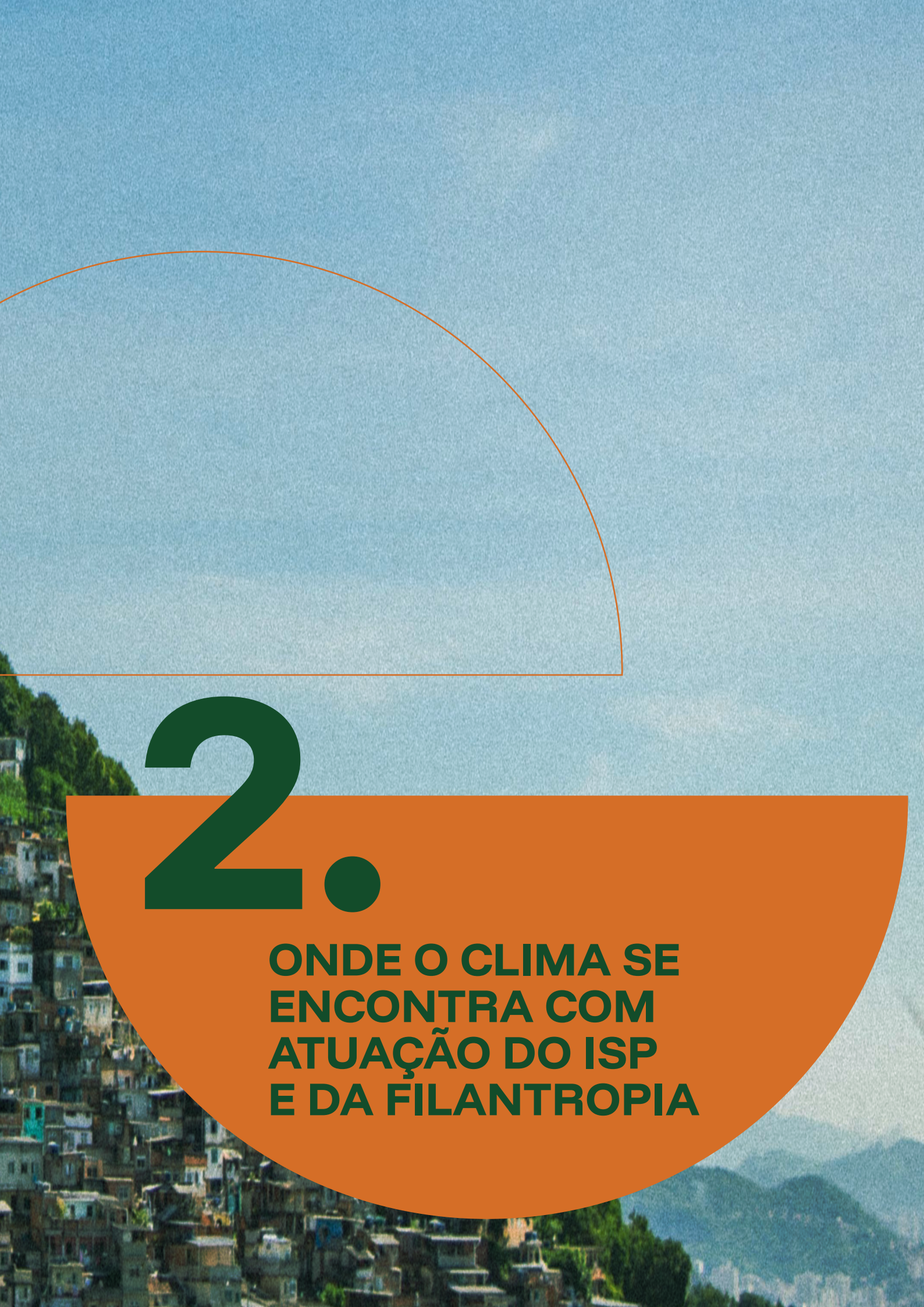
“Em um modelo de transição econômica que pressupõe a revisão do atual modelo de desenvolvimento, para reduzir os impactos nocivos sobre o clima, alguns empregos deixarão de existir, enquanto muitos outros serão criados. Como fazer esse mapeamento e planejar uma transição que, de fato, promova desenvolvimento econômico e amplie as oportunidades sociais? [...] Que tipo de competências precisam ser trabalhadas para que realmente haja inclusão?”

Isso envolve apoiar organizações que já atuam nos territórios mais afetados, fortalecer iniciativas em estágio inicial, aproximar atores que costumam trabalhar de forma isolada e testar soluções com potencial de escala. A filantropia aparece de forma recorrente como um **campo capaz de articular comunidades, sociedade civil, governos e financiamento** em torno de respostas mais coordenadas.

As discussões também reforçaram que o Brasil reúne condições importantes para liderar soluções climáticas, especialmente pela presença de biodiversidade, conhecimento territorial acumulado e capacidade de mobilização social. O desafio está em **transformar esse potencial em ações contínuas, coordenadas e capazes de chegar aos territórios mais afetados.**

O clima já não aparece como uma pauta adicional entre tantas outras. Ele **altera o contexto em que todas elas passam a operar e redefine o senso de urgência que atravessa o campo filantrópico hoje.**





2.

**ONDE O CLIMA SE
ENCONTRA COM
ATUAÇÃO DO ISP
E DA FILANTROPIA**

ONDE O CLIMA SE ENCONTRA COM ATUAÇÃO DO ISP E DA FILANTROPIA

Um dos principais aprendizados da Semana GIFE no Clima da COP foi o reconhecimento de que a agenda climática atravessa os diferentes campos de atuação do investimento social privado e da filantropia. Nesta seção, reunimos reflexões e experiências apresentadas ao longo dos encontros que mostram como essa transversalidade já se manifesta na prática e apontam possibilidades para ampliar a contribuição do setor no enfrentamento da crise climática.

EDUCAÇÃO

O impacto do clima na educação já é uma realidade: enchentes interrompem o calendário, ondas de calor reduzem o rendimento dos alunos e eventos extremos impedem o acesso à escola. Em diversos territórios, gerenciar esses danos virou parte da rotina pedagógica.

A infraestrutura é o ponto mais vulnerável desse cenário. As escolas fecham por semanas e, na retomada, enfrentam a precariedade de salas avariadas, desabastecimento e panes elétricas. **O ISP tem um papel decisivo ao viabilizar soluções concretas** — como otimização térmica, captação pluvial e transição para energia solar —, acelerando a construção de escolas resilientes.

Em situações de emergência, outro desafio se impõe: **escolas frequentemente são transformadas em abrigos para famílias desalojadas**. A medida atende a uma necessidade urgente da comunidade, mas costuma comprometer a continuidade das aulas e prolongar a recuperação do calendário escolar. A ausência de protocolos claros sobre uso, gestão e retomada das atividades ainda é um problema recorrente.

Além das interrupções provocadas por eventos extremos, as próprias condições físicas das escolas passaram a influenciar de forma mais intensa o aprendizado. O **calor excessivo dentro das salas de aula**, por exemplo, interfere diretamente na concentração, aumenta o cansaço e reduz o desempenho dos estudantes. Um estudo da [Harvard Kennedy School](#) aponta que, sem ar-condicionado, um ano letivo 1°F (aproximadamente 0,55°C) mais quente reduz o aprendizado anual em 1%. Em regiões onde temperaturas elevadas já fazem parte da rotina, discutir educação sem considerar conforto térmico significa ignorar um fator central para a qualidade do ensino.

“A gente precisa entender que a resiliência tem a ver com uma miríade de questões e não apenas com o currículo escolar.”

“A crise climática é uma oportunidade de repensar a escola como um espaço de construção de resiliência — não apenas física, mas atitudinal e política — fortalecendo o engajamento e a produção de sentido para as novas gerações.”

A crise climática também aprofunda desigualdades já existentes no acesso à educação. Estudantes de baixa renda, especialmente os que vivem em periferias urbanas e áreas rurais, estão mais expostos à interrupção das atividades escolares, à precariedade da infraestrutura e às perdas materiais provocadas por eventos extremos. Como consequência, acumulam mais dias sem aula, enfrentam maiores dificuldades de aprendizagem e estão mais sujeitos à evasão escolar.

Ao mesmo tempo, assegurar a continuidade das atividades tornou-se um desafio crescente para as redes de ensino. Chuvas intensas comprometem estradas, interrompem o transporte escolar e dificultam o deslocamento de estudantes e professores. Em períodos de escassez hídrica, a falta de água inviabiliza o preparo da merenda e compromete o funcionamento das escolas. Nesse contexto, planos de contingência tornam-se instrumentos essenciais para articular ações entre

educação, defesa civil e demais políticas públicas, adaptando as respostas às especificidades de cada território.

Além da capacidade de resposta às emergências, destaca-se a necessidade de **incorporar a dimensão climática ao cotidiano escolar de forma transversal, integrando o tema às práticas pedagógicas e à gestão da educação.**

“Para os associados que já investem em educação e que querem dar esse passo [na agenda climática]: tentem procurar parceiros que já sabem fazer isso de alguma forma.”



As respostas para essa agenda dificilmente serão padronizadas. Escolas localizadas em áreas sujeitas a enchentes enfrentam desafios diferentes daqueles presentes em regiões de seca ou calor extremo. Além disso, o deslocamento de famílias por eventos climáticos começa a pressionar redes de ensino, que passam a receber estudantes com trajetórias interrompidas e necessidades diversas. Esse conjunto de mudanças reforça a **necessidade de soluções construídas localmente**, com participação das comunidades e valorização dos conhecimentos presentes nos territórios.

Avançar nesta agenda significa relacionar as mudanças climáticas a situações concretas vividas pelos estudantes, discutir desinformação, interpretar riscos e conectar teoria e prática. Para isso, a **formação docente** se torna decisiva.

Para o ISP, o desafio está em ajustar o que já se faz, direcionando recursos para infraestrutura adequada, formação de professores, apoio aos territórios mais vulnerabilizados e soluções que façam sentido no dia a dia das comunidades escolares.

O ISP PRECISA SABER

- Eventos climáticos já afetam a aprendizagem, a frequência escolar e o funcionamento das escolas.
- Os impactos são mais intensos em territórios vulnerabilizados, aprofundando desigualdades educacionais.
- Adaptar a infraestrutura escolar e criar protocolos de resposta climática será cada vez mais necessário.
- Educação climática precisa fazer parte do cotidiano escolar, conectada à realidade dos estudantes.



GÊNERO E RAÇA

A agenda climática reforçou um diagnóstico há muito apresentado por movimentos negros, indígenas, quilombolas e de mulheres: **a crise ambiental não afeta todas as pessoas da mesma forma**. No contexto brasileiro, discutir mudanças climáticas implica também enfrentar desigualdades históricas relacionadas a território, raça e gênero.

Os impactos de enchentes, secas prolongadas, ondas de calor e da insegurança alimentar incidem de forma desproporcional sobre populações que historicamente tiveram menor acesso à terra, infraestrutura, renda e políticas públicas. Grande parte da população negra e periférica vive em territórios mais expostos a deslizamentos, poluição, ausência de saneamento básico e ilhas de calor. É nesse contexto que se evidencia o **racismo ambiental, expresso na distribuição desigual dos riscos, da proteção e dos investimentos públicos**.

“Para a gente a transição justa não é só energética. Não é só transformar a matriz energética. É uma transição que precisa ser social.”

A concentração fundiária, a exclusão histórica da população negra do acesso à terra e a violência contra povos indígenas e comunidades quilombolas ajudaram a moldar os territórios mais vulnerabilizados aos impactos climáticos atuais. Por isso, tratar a crise climática apenas como um problema técnico ou ambiental reduz o alcance do debate. A questão envolve também **reparação histórica, garantia de direitos e justiça territorial**.

As mudanças climáticas também ampliam desigualdades de gênero já existentes, especialmente para aquelas que vivem em territórios mais vulneráveis. Em situações de desastre, mulheres costumam assumir uma carga ainda maior de trabalho de cuidado, lidando com a reorganização da rotina doméstica, a proteção da família e a busca por água, alimento e segurança. Ao mesmo tempo, contextos de crise aumentam situações de violência e insegurança social.

Outro ponto central é que comunidades negras, indígenas, quilombolas e tradicionais acumulam conhecimentos importantes para pensar adaptação climática e proteção dos territórios. Formas de manejo da terra, uso da água, produção de alimentos e organização coletiva fazem parte de experiências construídas ao longo de gerações. Ainda assim, esses **saberes seguem pouco reconhecidos em grande parte das políticas e negociações climáticas**.

“No nosso país, no nosso território, existem alguns lugares que a gente precisa olhar com muita atenção, porque continuam destruindo a natureza sem perceber que somos natureza também, e que isso vai ter um impacto em médio prazo.”

A própria ideia de transição climática levanta desafios importantes. Muitas soluções urbanas consideradas sustentáveis continuam chegando de forma desigual às cidades. **Infraestrutura verde, transporte limpo e investimentos em adaptação** frequentemente permanecem concentrados em regiões mais valorizadas, enquanto periferias seguem mais expostas ao calor extremo, à precariedade do transporte e à ausência de áreas verdes.

Nesse contexto, ganha força a discussão sobre transição justa. A mudança para uma **economia de baixo carbono não elimina automaticamente desigualdades históricas**. É preciso discutir quem terá acesso aos empregos da economia verde, quais grupos participarão das novas cadeias produtivas e quem continuará excluído das oportunidades geradas pela agenda climática.

*“Acho que existe ainda um
uma atuação por silos no nosso
setor. [...] é possível também
ter primeiros passos, ou seja,
começar aprimorando uma
lente de gênero e raça no seu
portfólio atual, não é mesmo?”*

*E se perguntar junto com
parceiros, nos seus processos de
monitoramento e avaliação, por
exemplo: quem está sendo mais
impactado pelas iniciativas da
organização? São as mulheres.
Quais mulheres? Qual o recorte de
raça, de etnia? É um mínimo, de
um patamar de qualidade que a
gente deveria ter.”*

Para o ISP, isso significa integrar agendas que ainda costumam aparecer separadas. Clima, raça e gênero frequentemente são tratados como temas distintos, quando seus **impactos se sobrepõem nos territórios**. Incorporar a perspectiva climática às estratégias de equidade exige olhar de forma articulada para moradia, mobilidade, segurança alimentar, geração de renda e proteção territorial.

Também ganha relevância o fortalecimento de organizações lideradas por mulheres negras, indígenas, quilombolas e comunitárias, que já atuam diretamente nos territórios afetados. **Desburocratizar o acesso a recursos, ampliar financiamentos flexíveis e apoiar lideranças locais** são passos importantes para que as respostas climáticas consigam alcançar quem hoje está mais exposto aos impactos da crise.

O ISP PRECISA SABER

- A crise climática aprofunda as desigualdades racial e de gênero.
- Racismo ambiental também é desigualdade de infraestrutura e proteção.
- Justiça climática exige fortalecer lideranças negras e territoriais.



CULTURA

A relação entre cultura e crise climática ocupa pouco espaço nas políticas globais, apesar de atravessar dimensões centrais da vida social. O debate sobre clima costuma se concentrar em energia, infraestrutura, transporte ou financiamento, enquanto a cultura aparece como um tema secundário. Mas essa separação ignora um aspecto importante: **valores culturais influenciam hábitos de consumo, formas de ocupação do território, relações com a natureza e até a maneira como as pessoas percebem risco, futuro e pertencimento.**

“É importante demonstrar quais são as provas, dados, histórias e os estudos de caso que demonstram que precisamente a cultura não é um acessório, uma decoração ou algo bonito de ter que faz parte da loja de roupa. É uma chamada coletiva para fazer frente à crise climática.”

Ao mesmo tempo, o próprio setor cultural também produz impactos ambientais relevantes. Grandes festivais, turnês internacionais, produções audiovisuais e cadeias ligadas à moda e ao entretenimento movimentam volumes elevados de energia, transporte, resíduos e materiais descartáveis. Em muitos casos, **ainda faltam protocolos básicos de sustentabilidade** para orientar a montagem de cenários, logística, alimentação, refrigeração de espaços ou reaproveitamento de estruturas.

A discussão climática, portanto, não envolve apenas usar a cultura como ferramenta de conscientização. Ela também exige rever práticas internas do setor cultural e **repensar modelos de produção, circulação e consumo**. Isso inclui desde escolhas técnicas em grandes eventos até decisões cotidianas sobre materiais utilizados, deslocamentos de equipes e formas de descarte.

Mas limitar essa agenda à redução de impactos ambientais seria pouco. A cultura aparece, sobretudo, como espaço de mobilização social e construção de narrativas. Filmes, músicas, festas populares, exposições, narrativas digitais e produções

comunitárias ajudam a traduzir a crise climática em algo próximo da vida cotidiana. O tema deixa de aparecer apenas em relatórios, conferências ou gráficos e passa a se conectar com aquilo que as pessoas comem, vestem, celebram, lembram e defendem em seus territórios.

Enquanto setores altamente poluentes investem grandes volumes de recursos em publicidade e construção de imagem, iniciativas culturais ligadas ao clima ainda operam com baixa capacidade de financiamento e circulação. **Apoiar comunicação climática**, nesse cenário, significa fortalecer artistas, coletivos periféricos, comunicadores populares, produtores culturais e criadores de conteúdo capazes de ampliar o alcance da agenda ambiental e estimular participação social em larga escala.

“São mudanças de tecnologia e de comportamento que vão dar o grande salto. E aí eu acho que é onde a cultura mais brilha, que é no campo de adaptação. Se a parte tecnológica der certo, a mudança vai ter que vir de comportamentos em um tempo curtíssimo. Em alguns casos em menos de uma década. E comportamento é uma área que a cultura atua e pode atuar.”

A **dimensão territorial também aparece com força nessa relação entre cultura e clima**. Eventos extremos já afetam museus, centros culturais, acervos históricos e espaços comunitários em diferentes regiões do país. As enchentes no Rio Grande do Sul expuseram a vulnerabilidade de equipamentos culturais diante de desastres cada vez mais frequentes. Mas os impactos vão além da infraestrutura física. Mudanças no regime de chuvas, secas prolongadas e degradação ambiental ameaçam práticas agrícolas tradicionais, celebrações populares, formas de transmissão oral de conhecimento e modos de vida profundamente ligados aos territórios.

“Temos essa lógica também dos filmes de coisas grandes que chamam a atenção, que criam conscientização em massa, mas também tem o trabalho territorial, que é o que capitaliza. Fortalecer essas iniciativas e transformar isso em financiamento e governança é algo muito importante.”

Nesse contexto, os conhecimentos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais ganham relevância. **Saberes ancestrais e experiências construídas nos territórios fazem parte das estratégias de adaptação e resiliência** diante do agravamento da crise climática.

Para o ISP, isso amplia bastante o campo de atuação possível. Incorporar clima na agenda cultural não exige abandonar projetos existentes, mas reposicioná-los. Isso pode significar **apoiar a adaptação de equipamentos culturais a eventos extremos, financiar produções artísticas sobre justiça climática, fortalecer redes culturais periféricas ou investir em iniciativas de memória ligadas ao território.**

É evidente que a cultura ocupa um papel estratégico justamente porque atua no campo das sensibilidades, dos valores e das formas de imaginar o futuro. A

transição climática não depende apenas de novas tecnologias ou grandes acordos internacionais. Ela também passa pela maneira como as sociedades constroem sentido coletivo e reorganizam seus modos de vida.

“A gente tem muito pouco tempo para fazer essa transformação [ambiental]. E acho que a cultura tem esse potencial de nos ajudar a criar conscientização, inspirar. E para isso precisamos de financiamento.”

O ISP PRECISA SABER

- A cultura influencia comportamentos, consumo e formas de relação com o território.
- O próprio setor cultural gera impactos ambientais relevantes.
- Narrativas culturais ajudam a aproximar a crise climática da vida cotidiana.



INCLUSÃO PRODUTIVA E BIOECONOMIA

Os impactos da crise climática já transformam profundamente o trabalho, a geração de renda e a permanência nos territórios, realidade vivida por comunidades amazônicas, rurais, indígenas e quilombolas. Nesse cenário, **a agenda climática influencia diretamente as condições de desenvolvimento local, a autonomia econômica e a capacidade de permanência e a própria sobrevivência local.**

Nesse contexto, a **bioeconomia ganha espaço como possibilidade de reorganizar a relação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.** A ideia de “floresta em pé” passa a incorporar, ao mesmo tempo, a preservação dos ecossistemas e o fortalecimento de cadeias produtivas baseadas no manejo sustentável, nos produtos da sociobiodiversidade, nos conhecimentos tradicionais e nas economias territoriais. A perspectiva apresentada aponta para modelos de desenvolvimento capazes de gerar renda e valor econômico sem comprometer a integridade ambiental.

“A maior pergunta que o mundo tem para o Brasil, é como a gente consegue manter as florestas já existentes em pé? E como a gente consegue trazer de volta florestas? Eu tenho uma visão muito positiva. Acho que estamos caminhando para garantir mecanismos de financiamento que garantam a volta das florestas e a redução das emissões.”

Ao mesmo tempo, a transição para uma economia de baixo carbono levanta uma disputa importante sobre **quem terá acesso às oportunidades criadas por esse processo.**

Sem políticas voltadas à redução das desigualdades, novos mercados sustentáveis podem reproduzir padrões antigos de concentração de renda, financiamento e poder. A discussão sobre **transição justa** surge justamente para enfrentar esse risco, defendendo que populações negras, indígenas, quilombolas e periféricas sejam **protagonistas das respostas econômicas construídas a partir dela.**

Essa perspectiva amplia o entendimento sobre inclusão produtiva. Mais do que geração imediata de renda, ela passa a envolver infraestrutura, conectividade, formação técnica, logística, financiamento e fortalecimento institucional de organizações comunitárias. Em muitos territórios, participar da nova economia climática depende primeiro de **condições básicas que historicamente permaneceram ausentes.**

“É importante integrar um pouco mais o debate sobre as mudanças no mundo do trabalho, as ocupações novas que precisam surgir, as mudanças que têm que ser feitas no âmbito, por exemplo, da agricultura familiar e o desafio de geração de trabalho e renda para população em vulnerabilidade no Brasil.”

Outro aspecto importante são os **limites de modelos baseados apenas em ações pontuais ou respostas emergenciais.** Em contextos marcados por insegurança alimentar, baixa presença do Estado e infraestrutura precária, iniciativas de curta duração tendem a produzir efeitos restritos. O fortalecimento de capacidades locais, redes comunitárias e estruturas permanentes de apoio ganha importância justamente porque amplia a autonomia econômica e a capacidade de adaptação dos territórios ao longo do tempo.

Nesse cenário, o ISP pode exercer um papel relevante ao apoiar **iniciativas territoriais de longo prazo e criar mecanismos de financiamento mais acessíveis para organizações de base.** O desafio passa por contribuir para modelos econômicos capazes de combinar conservação ambiental, redução das desigualdades e permanência digna das comunidades em seus territórios.

“A filantropia tem essa capacidade de entender bem as demandas locais, conhecer os territórios em geral. Onde esses institutos e fundações estão atuando e agir de forma muito cirúrgica para destravar, usando os recursos da filantropia para alavancar agendas de negócios ou de desenvolvimento local que sejam mais sustentáveis.”

O ISP PRECISA SABER

- A crise climática já afeta renda, trabalho e permanência nos territórios.
- A bioeconomia pode gerar renda aliada à conservação ambiental.
- A transição climática precisa incluir populações vulnerabilizadas.
- A inclusão produtiva depende de infraestrutura, financiamento e fortalecimento local.



INFÂNCIAS E JUVENTUDES

Crianças e jovens estão entre os grupos mais expostos aos impactos das mudanças climáticas por dependerem, de forma mais intensa, da estabilidade dos territórios, da infraestrutura pública e das redes de proteção social. Quando enchentes desorganizam bairros, ondas de calor restringem a circulação ou secas comprometem o abastecimento de água e alimentos, os efeitos recaem diretamente sobre suas condições de desenvolvimento, aprendizagem e convivência.

“No Brasil, uma criança que nasceu em 2020 foi exposta a cinco vezes mais dias extremamente quentes do que uma criança que nasceu em 1970.”

Como evidenciado anteriormente, essa exposição é atravessada por desigualdades históricas. Crianças negras, indígenas, quilombolas, moradoras de periferias e de territórios com infraestrutura precária enfrentam riscos mais elevados porque vivem em contextos marcados pela exclusão social e pela menor presença de políticas públicas.

Entretanto, a discussão sobre infâncias e juventudes no contexto climático não se limita apenas à ideia de vulnerabilidade. Um dos pontos mais relevantes é o reconhecimento de crianças e **jovens como sujeitos políticos e agentes ativos na construção de respostas à crise climática**. Em diferentes territórios, coletivos juvenis, organizações estudantis, grupos periféricos e jovens indígenas têm articulado iniciativas de mobilização, produção de conhecimento e defesa ambiental. Em muitos casos, são experiências que surgem justamente nos locais onde os impactos climáticos já fazem parte da rotina.

“É necessário mostrar as juventudes como públicos estratégicos de soluções em clima e natureza que precisam ser potencializadas para que tenhamos, de fato, estratégias efetivas nos territórios.”

Entre os jovens, cresce a percepção de que as mudanças do clima comprometem perspectivas de futuro, estabilidade e qualidade de vida. A chamada ansiedade climática está relacionada tanto ao medo de desastres quanto à insegurança provocada pela lentidão das respostas institucionais. Em contrapartida, experiências de participação em iniciativas ligadas ao território, à agricultura urbana, à recuperação ambiental e ao monitoramento comunitário demonstram que o engajamento coletivo fortalece vínculos, amplia a capacidade de ação e reduz a sensação de impotência.

As mudanças climáticas também alteram a forma como **crianças e jovens ocupam e vivenciam os territórios**. Ondas de calor restringem o uso de espaços públicos, chuvas intensas interrompem atividades culturais, esportivas e comunitárias, enquanto problemas de mobilidade dificultam o deslocamento durante eventos extremos. Em algumas regiões, perdas de renda, secas prolongadas e desastres ambientais já provocam o deslocamento de famílias e transformam as dinâmicas de convivência comunitária.

Esse cenário amplia os desafios para o investimento social privado, que passa a demandar **respostas articuladas entre proteção social, saúde mental, educação, cultura, mobilidade, participação política e fortalecimento comunitário**. Também evidencia a importância de ampliar o apoio a organizações locais e coletivos juvenis que já atuam nos territórios mais afetados, muitas vezes sem serem reconhecidos como atores centrais da agenda climática.

A forma como governos, sociedade civil e filantropia responderem a esse contexto será determinante para ampliar as condições de proteção, permanência e construção de futuro para crianças, jovens e as próximas gerações nos diferentes territórios do país.

O ISP PRECISA SABER

- Crianças e jovens estão entre os grupos mais expostos aos impactos climáticos.
- Jovens já atuam na mobilização climática e precisam ser apoiados em seus territórios.
- A crise climática também afeta a saúde mental, perspectivas de futuro e qualidade de vida.



SAÚDE

Entre os diferentes temas abordados ao longo da Semana, a relação entre saúde e clima é uma das mais perceptíveis no cotidiano. O calor excessivo, a piora da qualidade do ar e o avanço de doenças já fazem parte da experiência de muitas pessoas. **A crise climática deixou de ser uma projeção distante e passou a ser vivida no corpo e na rotina das cidades.**

O clima atua como determinante direto da saúde e **os impactos aparecem de forma rápida e podem ser cumulativos.** Ondas de calor mais intensas elevam o risco de desidratação, agravam doenças cardiovasculares e afetam principalmente idosos, crianças e pessoas com doenças crônicas, especialmente em áreas densas, onde o concreto retém calor e a presença de áreas verdes é limitada.

“A gente vê as pessoas buscando por mais hidratação, cuidados dermatológicos, aumento dos índices de câncer de pele, por exemplo. Vemos as crises de fumaça aumentando, casos respiratórios, a busca por medicamentos e tratamentos por questões respiratórias, as enchentes e secas impactando não só na destruição daquelas regiões, mas também surtos de doenças agravadas por conta disso.”

O aumento da poluição do ar está diretamente associado ao crescimento de doenças respiratórias, crises asmáticas e complicações cardiovasculares, evidenciando a estreita relação entre mudanças climáticas e saúde. Nesse contexto, medidas voltadas à redução de emissões, à **melhoria do transporte urbano e ao controle de queimadas produzem benefícios imediatos para a população**, contribuindo para reduzir o adoecimento e aliviar a pressão sobre os sistemas de saúde.

“Passamos a considerar a escuta das crianças em todas as etapas do processo para entender como elas utilizam aquele espaço e o que elas desejavam para aquele lugar [parques em praças públicas].”

Há ainda efeitos menos visíveis, mas igualmente significativos. **Eventos extremos comprometem o acesso à água potável e à alimentação adequada, interrompem serviços essenciais e ampliam a exposição a riscos sanitários, especialmente entre famílias deslocadas.** Muitas dessas consequências persistem após o desastre, dificultando a recuperação das comunidades e agravando as condições de saúde preexistentes. Somam-se a esse cenário os impactos sobre a saúde mental: perdas materiais, deslocamentos forçados e a insegurança diante da recorrência de eventos extremos contribuem para o aumento de quadros de ansiedade, estresse e depressão, sobretudo entre jovens e populações mais expostas, em um contexto no qual **os sistemas de saúde ainda dispõem de pouca estrutura para responder a essa demanda.**

Esses efeitos também se refletem diretamente na **organização dos serviços de saúde.** Além do aumento da demanda por atendimento, eventos climáticos extremos alteram o perfil dos casos e exigem respostas mais rápidas e complexas. Ondas de calor e enchentes, por exemplo, podem concentrar um grande volume de pacientes em um curto período, muitas vezes com necessidades específicas. Esse cenário demanda reorganização dos fluxos de atendimento, ampliação da oferta de insumos e fortalecimento da capacidade de resposta das equipes de saúde.

“A gente não tem um detalhamento sobre variação indoor e outdoor de temperatura [...] esse é um tipo de investimento catalítico que a filantropia pode fazer. Mostrar coisas que podem ser melhor mensuradas para orientar a tomada de decisão de adaptação, pilotar e depois levar isso para uma escala em que o governo consiga fazer com sustentabilidade de escala.”

Esse cenário também evidencia limitações estruturais. Em muitos casos, dados de saúde, clima e território não estão integrados, o que dificulta antecipar crises. Sem essa conexão, decisões são tomadas de forma reativa. **Investir em análise de dados**, nesse contexto, significa conseguir prever picos de atendimento, preparar estoques de insumos e organizar equipes antes que a situação se agrave. A adaptação do sistema de saúde, portanto, passa a ser uma necessidade concreta. Isso envolve medidas específicas: adequar unidades para suportar temperaturas mais altas, garantir abastecimento de água em situações de escassez, treinar profissionais para responder a eventos extremos e revisar protocolos de atendimento. São **ajustes operacionais que aumentam a capacidade de resposta e reduzem riscos para a população**.

“Muitas vezes temos que ser mais disruptivos, mais agressivos, no bom sentido [...]. Entendemos o impacto que [o plástico] tinha no meio ambiente e fizemos processos robustos para mudar”

Para a filantropia e o ISP, essas áreas oferecem possibilidades claras de atuação. **Apoiar projetos piloto**, por exemplo, significa testar soluções em territórios específicos que possam depois ser incorporadas por políticas públicas. **Financiar produção e uso de dados** permite melhorar a tomada de decisão por gestores. **Investir na formação de profissionais** fortalece a capacidade de resposta na ponta. Cada uma dessas ações tem efeito direto no funcionamento do sistema e na qualidade do atendimento oferecido.

Portanto, a principal mudança está na forma de compreender essa relação. Saúde e clima se entrelaçam nas condições concretas de vida das pessoas. Incorporar essa perspectiva exige **revisar práticas existentes e ajustar prioridades**. Em um cenário de mudanças rápidas, essa integração se torna indispensável para manter sistemas de saúde operando com qualidade e para proteger a população diante de riscos cada vez mais frequentes.

O ISP PRECISA SABER

- Eventos climáticos já aumentam doenças e pressionam os sistemas de saúde.
- Os impactos recaem com mais força sobre populações vulnerabilizadas.
- A crise climática também afeta a saúde mental e o bem-estar.
- Adaptar a saúde exige dados, infraestrutura resiliente e resposta rápida.



NATUREZA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A proteção dos territórios e das formas de vida que neles se desenvolvem emergiu como um dos eixos estruturantes da Semana GIFE no Clima da COP. Ao longo dos debates, consolidou-se a compreensão de que **enfrentar a crise climática exige reconhecer o papel central dos povos indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, cujos conhecimentos, formas de organização e práticas de manejo sustentam, há gerações, a conservação de florestas, rios e da biodiversidade.**

“A motivação para apoiar esses grupos e suas agendas não deve ser meramente utilitarista [...] antes de tudo, é preciso reconhecer que esse apoio [do ISP] busca garantir um país diverso, que respeite e valorize diferentes modos de vida”.

As discussões evidenciaram que a **atuação da filantropia não pode estar baseada apenas na contribuição dessas comunidades para a conservação ambiental.** O fortalecimento dos territórios passa pelo **reconhecimento de direitos, da diversidade de modos de vida e das desigualdades históricas relacionadas ao acesso à terra, ao racismo e à exclusão política.** Nesse sentido, a justiça climática foi apresentada como inseparável da justiça social e racial. Muitos dos territórios hoje mais pressionados pelo desmatamento, pela mineração ilegal, pelos grandes empreendimentos e pela violência no campo são, justamente, aqueles historicamente ocupados por populações negras, indígenas e comunidades tradicionais.

Outro aspecto recorrente foi a necessidade de **rever as relações entre financiadores e organizações locais.** Em vez de concentrar decisões e definir prioridades externamente, a filantropia é chamada a construir processos baseados na escuta, na confiança e no compartilhamento de poder.

“A gente está acostumado a ser o especialista, o tomador de decisão, o expert, mas essa nem sempre é a única ou a melhor forma de fazer as coisas. A proposta tem sido se colocar lá para ajudar, mas tentando interferir o mínimo possível.”

Essa perspectiva também implica **descentralizar recursos e fortalecer a autonomia dos territórios.** Os debates mostraram que modelos tradicionais de financiamento podem reproduzir assimetrias quando mantêm as comunidades apenas como executoras ou beneficiárias das iniciativas. Avançar exige ampliar sua capacidade de decisão sobre prioridades, estratégias e formas de implementação.

O fortalecimento das economias locais apareceu como outra dimensão indispensável desse processo. Investimentos em empreendedorismo, geração de renda e cadeias produtivas territoriais demandam continuidade e respeito aos tempos de desenvolvimento das comunidades.

“Em relação ao empreendedor, precisamos investir em oportunidades. Na educação empreendedora dessas populações, das comunidades e entender que esse investimento é um investimento a longo prazo. Você não forma um cidadão para desenvolver uma atividade de geração de renda, um empreendedor do turismo, ou do açaí, ou do murumuru ou de andiroba da noite para o dia, porque isso não faz parte deste contexto.”

Os debates também reforçaram que a definição de prioridades deve partir das realidades locais. Embora muitos territórios ainda enfrentem carências estruturais, suas populações acumulam conhecimentos, práticas e soluções construídas ao longo de gerações, fundamentais para responder aos desafios da crise climática. **Para a filantropia e o investimento social privado, isso significa adotar uma perspectiva de longo prazo, capaz de respeitar os tempos dos territórios e produzir transformações duradouras.**

“Castanheira se planta normalmente para o outro que vem depois da gente comer as castanhas. Vamos plantar hoje coisas que nem sempre vamos colher neste momento [...] não se roça e não se queima agora para colher depois. A gente tem que esperar brotar, regar, germinar e depois frutificar.”

Portanto, a filantropia e o ISP precisam reconhecer que enfrentar a crise climática passa pela construção de **relações mais horizontais, duradouras e comprometidas com as comunidades e suas realidades**. Proteger a floresta, a água e a biodiversidade significa também proteger as pessoas e os modos de vida que historicamente sustentam seus territórios.

O ISP PRECISA SABER

- Proteger territórios é proteger direitos, culturas e conhecimentos essenciais para o enfrentamento da crise climática.
- Modelos centralizadores de financiamento podem ampliar desigualdades e limitar a autonomia comunitária.
- Fortalecer comunidades exige investimentos flexíveis e comprometidos com processos de longo prazo.
- Escuta ativa e governança local tornam as ações mais legítimas, eficazes e conectadas aos territórios.





3.

**CAMINHOS
PARA A AÇÃO**

3. CAMINHOS PARA AÇÃO

Se a crise climática atravessa todas as agendas da filantropia, ela também exige que o investimento social privado incorpore essa perspectiva de forma cada vez mais estruturada em suas estratégias e práticas. Mais do que criar novas frentes de atuação, o desafio está em **fortalecer iniciativas já existentes, apoiar organizações e lideranças dos territórios, ampliar parcerias, experimentar novas soluções e mobilizar recursos de maneira mais integrada.**

Iniciativas como o [Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas](#) demonstram que esse movimento já está em curso e evidenciam o potencial de ampliar o engajamento do campo

O quadro a seguir reúne alguns desses caminhos de engajamento como possíveis pontos de partida a partir de uma reflexão direta. **Por onde a sua organização pode começar?**

CAMINHO	O QUE SIGNIFICA NA PRÁTICA	COMO COMEÇAR
1. Integrar clima ao que já existe	Avaliar o que já está sendo feito aplicando a lente climática	• Revisar portfólio com foco em riscos climáticos • Incluir clima em projetos já existentes • Usar métricas socioambientais integradas • Conectar áreas com a agenda climática
2. Fortalecer territórios e comunidades	Apoiar quem já está na linha de frente das soluções	• Financiar organizações locais diretamente • Apoiar fundos territoriais • Valorizar saberes tradicionais e soluções locais
3. Financiar melhor (não só mais)	Rever como e para quem o recurso chega	• Oferecer recursos flexíveis e de longo prazo • Reduzir burocracias de acesso • Financiar diretamente organizações locais • Atuar como articulador de redes e parcerias

CAMINHO	O QUE SIGNIFICA NA PRÁTICA	COMO COMEÇAR
4. Investir em soluções concretas (e testá-las)	Experimentar caminhos e gerar aprendizados	• Apoiar projetos-piloto • Investir em infraestrutura resiliente • Desenvolver modelos de bioeconomia
5. Atuar em políticas públicas, advocacy e incidência	Influenciar decisões públicas e fortalecer a implementação de políticas climáticas	• Apoiar políticas setoriais que interseccionam com clima • Usar dados para orientar decisões públicas • Fortalecer capacidades de governos e sociedade civil
6. Apoiar uma transição justa	Garantir que a transição climática reduza desigualdades	• Investir em formação para novos empregos • Priorizar grupos mais vulnerabilizados • Conectar clima com renda, trabalho e desenvolvimento • Participar ativamente de redes
7. Mudar narrativas e comunicação	Tornar a agenda climática compreensível, próxima e mobilizadora	• Apoiar iniciativas de cultura e comunicação climática • Combater desinformação • Traduzir os temas para o cotidiano • Fortalecer vozes e narrativas dos territórios
8. Assinar e participar do <u>Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas</u>	Participar de uma comunidade de aprendizagem e ação entre pares para incorporar a agenda climática em programas, operações e práticas.	• Refletir internamente a incorporação dos 8 pilares do Compromisso nas ações da organização • Monitorar periodicamente os avanços • Conhecer e adaptar práticas de organizações nacionais e internacionais



**Assine o Compromisso Brasileiro da
Filantropia sobre Mudanças Climáticas**

FICHA TÉCNICA E AGRADECIMENTOS

Realização

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Apoio

Instituto Itaúsa

Parceria

Instituto Arapyaú e Instituto Clima e Sociedade (iCS)

Secretário-Geral

Cassio França

Supervisão

Gustavo Bernardino

Coordenação Geral

Pedro P. Bocca

Coordenação Técnica

Gabriela Moreira

Edição e revisão

Natália Passafaro

Design

Marina Castilho

A realização da Semana GIFE no Clima da COP foi possível graças à generosidade, ao conhecimento e ao compromisso de todas as pessoas e organizações que aceitaram o convite para compartilhar experiências e reflexões ao longo dos encontros.

Nosso agradecimento especial às e aos painelistas:

Ana Toni, CEO da **COP30**

Bruna Lima, **RD Saúde**

Carlos Paiva, **Ministério da Cultura**

Carolina Campos, **Vozes da Educação**

Danilo Moura, **UNICEF**

Erika Yamada, **Fundação Ford**

Felipe Piza, **Hospital Israelita Albert Einstein**

Jonathas Azevedo, **Rede Comuá**

Larissa da Silva Fontana, **Em Movimento**

Leonardo Letelier, **Sitawi Finanças do Bem**

Letícia Born, **Co-Impact**

Letícia Leobet, **Geledés – Instituto da Mulher Negra**

Magno Cardoso, **Quilombo África Pará**

Mariana Resegue, **C de Cultura**

Mariana Rico, **FunBEA**

Marina Fragata Chicaro, **Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal**

Marcia Soares, **Fundo Vale**

Marcelo Behar, **Enviado Especial de Bioeconomia da COP30**

Natália Cerri, **Instituto Itaúsa**

Pedro de Paula, **Vital Strategies Brasil**

Renata Piazzon, **Instituto Arapyaú**

Ricardo Henriques, **Instituto Unibanco**

Rosângela Krikati, **Associação Wewetyj**

Samuel Rubin, **Pavilhão Cultura COP30**

Sofia Rebehy, **Infinis**

Sylvia Siqueira, **Open Society Foundations**

Thaís Ferraz, **Instituto Clima e Sociedade**

Valcleia Lima, **Fundação Amazônia Sustentável**

Vivianne Naigeborin, **Fundação Arymax**

Apoiadores Institucionais GIFE

**Ford
Foundation**

 **fundação bradesco**

 **Fundação
José Luiz
Setúbal**

 **MOVIMENTO
BEM MAIOR**

 **GALO DA MANHÃ**

IBIRAPITANGA

 **imaginable
futures**

Instituto Beja®

**INSTITUTO
ITAÚSA**

 **PORTICUS**



#GIFENACOP